

MANCHETES JORNALÍSTICAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: ANÁLISE DA MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTOR “E”

JOURNALISTIC HEADLINES ABOUT VIOLENCE AGAINST WOMEN: ANALYSIS OF THE MULTIFUNCTIONALITY OF THE "AND" CONNECTOR

Micheline Mattedi Tomazi¹

Gustavo Ximenes Cunha²

RESUMO: Neste artigo temos por objetivo tratar do uso e da funcionalidade que o conector “e” assume em manchetes jornalísticas, partindo do pressuposto de que ele pode assumir valores causais, adversativos e temporais, dependendo da natureza das sentenças que articula. Utilizamos como aporte teórico contribuições de autores (MONNERAT (2003); CAMACHO (2001); PENHAVEL (2006); VAN DIJK (1997), LUSCHER (1994)) que tratam do conector “e” e de conectores que, em línguas como o inglês, o francês e o espanhol, se aproximam do “e”, priorizando trabalhos que se voltam para sua multifuncionalidade. Para a análise do uso do conector em manchetes, publicadas nos jornais do Espírito Santo *A Tribuna (AT)* e *A Gazeta (AG)*, utilizamos um *corpus* de 115 notícias em que o conector “e” é empregado. Os resultados revelam que, nas manchetes em que duas proposições são articuladas pelo conector “e”, a operação que se privilegia é a de considerar o evento expresso na sentença que antecede o conector como sendo não só cronologicamente anterior ao evento expresso na segunda, mas ainda como sua causa. Nesses casos, o que se observou foi que, em geral, a primeira ação é realizada pela mulher, ao passo que a segunda é realizada pelo homem e sofrida pela mulher. Nessas ocorrências, a ação da mulher justifica uma ação conseqüente do homem. Com base nas análises dessas manchetes, foi possível constatar que, por meio da articulação de informações do conector “e”, há uma tentativa de justificar a violência sofrida pelas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Conector “e”. Manchetes jornalísticas. Violência contra mulheres.

ABSTRACT: In this article, we observe the use and functionality that the "and" connector takes in journalistic headlines, based on the assumption that it can assume causal, adversative, and temporal values, depending on the nature of the sentences it articulates. We stem from the theoretical contributions of authors who deal with the "and" connector and other similar connectors prioritizing works that focus on their multifunctionality in English, French, and Spanish. To analyze the use of the connector in headlines published in Espírito Santo's newspapers *A Tribuna (AT)* and *A Gazeta (AG)*, we used a corpus of 115 news items in which the "and" connector appears. The results reveal that in headlines in which the connector

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: michelinetomazi@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de produtividade do CNPq (Processo 304244/2019-8). E-mail: ximenescunha@yahoo.com.br.

"and" articulates two propositions, the privileged connector operation considers the event expressed in the sentence preceding the connector chronologically prior to the event described in the second. Furthermore, the connective function also renders the preceding sentence of causality nature. In these cases, we observed that the woman performs the first action while the man performs the second, but the woman suffers it. In these occurrences, the woman's action justifies a consequent action of the man. The analysis of these headlines verified that the articulation of information through the "and" connector might deliver a meaning that justifies the violence suffered by women.

KEYWORDS: "and" connector. Journalistic headlines. Violence against women.

Introdução

No dia 1º de maio de 2016, o jornal *A Tribuna* – um dos jornais de grande circulação no estado do Espírito Santo – publicou a seguinte manchete, que intitula a notícia de um caso de violência conjugal, no qual a esposa, ao se defender de agressões do marido, o mata.

1) Mulher nega sexo e mata marido³

Acima da manchete, em letras menores, em cor vermelha, aparece a expressão “agredida dentro de casa”. A notícia⁴, como outras que envolvem violência doméstica, foi publicada na seção policial do jornal, e somente sua leitura completa é capaz de minimizar o efeito que a manchete pode suscitar em seus leitores, já que, para além da informação em espaço menor acima da manchete, informando que há indícios de agressão do homem contra a mulher, é apenas no corpo do texto que informações relevantes sobre o relacionamento dos atores sociais (mulher e homem) e o acontecimento que resultou na morte do homem são revelados. Assim, é somente lendo a notícia completa que ficamos sabendo que a mulher sofria há anos violência doméstica praticada pelo homem, que a agrediu por não querer fazer sexo com ele.

Mas a manchete, parte que chama maior atenção do leitor, em função do destaque que tipicamente ganha no *layout* da página do jornal, coloca em relação de sucessão duas ações praticadas pela mulher, ambas transgressões sociais e jurídicas: as obrigações matrimoniais⁵ e

³ HOLANDA, Tais de. Mulher nega sexo e mata marido. Jornal *A Tribuna*. Cadernos Polícia, 1 de maio de 2016, Vitória-ES, 2016, p. 24.

⁴ Uma análise completa dessa notícia pode ser lida em Demoner e Tomazi (2017).

⁵ O débito conjugal, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, é um direito-dever dentro do matrimônio, elencado nos artigos 1566 e 1724 do Código Civil brasileiro, que deve resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo, portanto, inadmissível o emprego da violência, seja física ou moral, na relação entre os cônjuges. O débito conjugal também não pode ser confundido com o crime de estupro, conforme previsto no art. 123 do Código Penal brasileiro. (ZANINI, L. E. de A.; QUEIROZ, O. N. C. O débito conjugal na perspectiva

o homicídio. Com isso, a manchete contribui para que o leitor construa uma imagem negativa da mulher. No entanto, essa construção, como revelado em Demoner e Tomazi (2017), não é minimizada no corpo da notícia ao se construir uma imagem negativa da mulher, que, além de sofrer violência doméstica, estava se defendendo de um estupro marital.

No que se refere especificamente à manchete em foco, é digno de nota o modo como a jornalista a constrói, valendo-se da coordenação de duas sentenças, ambas tendo a mulher como sujeito e agente dos predicados *negar* e *matar*. Entendemos que esse modo de construção da manchete é revelador da maneira como, de modo geral, a mídia representa (e culpabiliza) mulheres vítimas de agressão de seus companheiros. Outra seria a representação da mulher, se o mesmo fato fosse noticiado por meio de manchete em que o homem figurasse, na primeira sentença, como agente da ação de estuprar e a mulher deixasse de ser focalizada, podendo até ser omitida, pelo recurso da voz passiva, na segunda sentença.

2) Homem tenta estuprar esposa e é morto [por ela]

Nessa manchete, criada por nós, o homem aparece como responsável pela agressão (tentativa de estupro), que surge como a causa de sua morte. Na mídia, esse modo de representação de agressões contra mulheres é utilizado sobretudo quando o foco é a mulher, como nesta manchete efetivamente publicada também no jornal *A Tribuna*, em que a ação de reclamar, praticada pela mulher, causa (e justifica) seu espancamento pelo marido, que é omitido na segunda sentença:

3) Mulher reclama da bagunça do marido e é espancada em Vitória⁶

Considerando o modo como as manchetes são construídas e o papel que nelas exerce a coordenação de sentença pelo conector “e”, neste artigo temos por objetivo tratar do uso e da funcionalidade que esse conector assume nas manchetes jornalísticas, partindo do pressuposto de que sua função, como ilustrado acima, está longe de ser apenas a de sinalizar a adição de ideias ou de ações praticadas. Dado que esse conector é pouco específico do ponto de vista

dos direitos da personalidade. Doutrina Pátria. Disponível em http://www.rkladvocacia.com/o-debito-conjugal-na-perspectiva-dos-direitos-da-personalidade/#_ftn42 Acesso em 23/09/2019.)

⁶ PATRICK, P. Mulher reclama da bagunça do marido e é espancada em Vitória. *Jornal A Tribuna*, Caderno Polícia, 31 de julho de 2013, Vitória-ES, 2013, p. 21.

semântico (NEVES, 2000), ele pode assumir valores causais, adversativos e temporais, dependendo, como vimos, da natureza das sentenças que articula, sendo, por isso, multifuncional.

Utilizamos como aporte teórico contribuições de autores que tratam do conector “e” e de conectores que, em línguas como o inglês, o francês e o espanhol, se aproximam do “e”, priorizando trabalhos que se voltam para sua multifuncionalidade, ou seja, que examinam seus diversos usos em situações específicas (MONNERAT (2003); CAMACHO (2001); PENHAVEL (2006); VAN DIJK (1997), LUSCHER (1994)). Para a análise do uso do conector em manchetes, utilizamos um *corpus* de 115 notícias em que o conector “e” é empregado, publicadas nos jornais *A Tribuna (AT)* e *A Gazeta (AG)* no ano de 2013 e registradas nas coletas diárias da versão impressa dos jornais pelo Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia da Universidade Federal do Espírito Santo (Gedim/Ufes).

Para alcançar o objetivo colocado, abordamos inicialmente a questão da violência contra a mulher e do modo como ela é tratada no jornalismo. Em seguida, apresentamos o arcabouço teórico para o estudo do conector “e”. Nesse item, após apresentação de resultados de pesquisas sobre o conector, propomos, a partir de Luscher (1994), um procedimento unificado para seu estudo no *corpus*. Na sequência, expomos os critérios de seleção e constituição do *corpus*, bem como o percurso de análise adotado. Por fim, apresentamos e discutimos os resultados das análises.

Violência de homens contra mulheres e a importância da pauta jornalística

A Lei Maria da Penha trouxe um novo olhar sobre a violência contra a mulher, adotando um sistema duplo punitivo/preventivo em relação ao agressor e garantindo à mulher proteção jurídica para as formas de violência, seja física, moral, sexual, patrimonial no âmbito doméstico, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto (Lei n. 11.340/2006). Essa Lei rompe com a permissividade e a banalização no que se refere à violência doméstica, além de propiciar dimensão multidisciplinar não só sobre a proteção da mulher, mas também de prevenção desse tipo de violência. De acordo com a referida Lei, “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Lei Maria da Penha, art. 5 e 7). Esse tipo de violência ocorre quando praticada no âmbito da unidade doméstica que se configura como o espaço de convívio permanente de pessoas, com

ou sem vínculo familiar. O vínculo familiar compreende a convivência de indivíduos unidos por laços naturais ou de afinidade e, ainda, os casos de “relação íntima de afeto”, ou seja, quando o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima independente de coabitação.

Não é um assunto novo a luta para mudar a forma de pensar a violência a partir da desnaturalização da desigualdade, já que as diferenças entre homens e mulheres são naturalizadas e incorporadas pela sociedade como se decorressem da diferença de sexos, sendo, portanto, passada de geração para geração (SAFFIOTI, 2015; ZANELLO, 2018). Essa naturalização da desigualdade e, portanto, o lugar de homem e de mulher na sociedade têm como efeito a repetição de padrões de dominação e de submissão que são incorporados, aprendidos e repassados ao longo dos tempos, marcando de forma “natural” diferenças que só existem porque são socialmente construídas. Chamada hoje de patriarcado, essa prática social de dominação tem como valores centrais o controle e o medo, sendo que um de seus elementos principais é o controle da sexualidade feminina – o que implica dizer que “a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica da ordem patriarcal de gênero, ainda em curso⁷” (SAFFIOTI, 2015, p. 146).

Nessa direção, mitos, crenças, valores éticos e morais, preconceitos, estigmas e estereótipos fazem parte de nossas relações sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais reforçando e reproduzindo, de geração a geração, a desigualdade de gênero. Os meios de comunicação são, nessa construção estratificada socialmente de superioridade do masculino e inferioridade do feminino, importantes ferramentas para se pensar a reconstrução desses valores na sociedade, já que aos *mídia* é dado o poder de escolher os problemas que serão discutidos pela sociedade, por isso os estudiosos do tema esperam um maior engajamento da mídia:

Um maior investimento por parte da imprensa em entrevistas com especialistas, artigos de opinião e editoriais poderia estabelecer uma relação entre o fato jornalístico em si e as dimensões mais complexas da violência contra as mulheres – no âmbito das relações familiares, da diminuta rede de acolhimento e atenção disponível no país, do descompasso entre o discurso de representantes do poder público e a dotação orçamentária para ações de prevenção e atenção às vítimas etc. (SANEMATSU, 2011, p. 67).

⁷ O termo violência de gênero é comumente utilizado como sinônimo para a violência contra a mulher, já que, sob a ordem patriarcal, as relações de gênero são marcadas por relações de dominação do homem e submissão da mulher. a “violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (SAFFIOTTI, 2015, p. 81).

Trata-se, portanto, de definir aspectos relacionados à informação que se quer transmitir, selecionando, de acordo com interesses de uma elite simbólica, as informações que irão produzir e reproduzir opiniões no público-alvo. Essa responsabilidade social dos jornais os faz assumir um papel de formação de opinião, uma vez que a linguagem é utilizada para fins específicos de persuasão e, muitas vezes, manipulação. Por isso, alguns acontecimentos noticiosos são transformados em verdadeiras práticas sociais estereotipadas e/ou preconceituosas, principalmente quando tratam de informações sobre grupos minoritários. A notícia é construída do ponto de vista do grupo que possui acesso ao discurso jornalístico. De acordo com van Dijk (2012, p. 90), “através do acesso à mídia de massa, os grupos dominantes também podem ter acesso e, conseqüentemente, controle parcial sobre o público em geral”.

Nesse cenário de construção jornalística, não se pode negar a importância do título ou da manchete que abre uma notícia. Van Dijk (2012) explica que as manchetes sumarizam as informações mais importantes de uma notícia e expressam seu tópico principal, embora, muitas vezes, a proposição desenvolvida na manchete não reflita a ideia essencial da narrativa noticiosa. Isso ocorre porque as manchetes são construídas de forma heterodoxa para as minorias e para os grupos dominantes, motivo pelo qual as informações são dadas a partir dos interesses dos grupos dominantes que comandam o que e como um acontecimento virará notícia. Estruturalmente a função da manchete é expressar os principais temas dos fatos e funciona como resumo da macroestrutura semântica, entretanto, nem sempre a informação comunicada na manchete sintetiza a informação central da notícia e pode reproduzir crenças que poderiam ou deveriam ser combatidas pelo jornal. Por isso a construção “Mulher nega sexo e mata marido”, embora seja uma macroproposição, a manchete colabora para uma representação social negativa da mulher e acaba reproduzindo crenças patriarcais e machistas e não destaca o que de fato é relevante no acontecimento.

Prado e Sanematsu (2017, p. 141) enfatizam esse papel da imprensa ao afirmarem sua função estratégica na formação da opinião e da pressão por políticas públicas, além de ela poder ou dever contribuir para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre a violência contra as mulheres. As autoras ainda advertem para o fato de que as análises mostram “que as coberturas jornalísticas reforçam estereótipos e culpabilizam a mulher, abordando o crime de forma sensacionalista, desrespeitando vítimas – mortas ou sobreviventes – e seus familiares”.

Um procedimento de análise para o estudo da multifuncionalidade do conector “e”

Neste item, apresentaremos uma revisão não exaustiva de trabalhos que estudaram o conector “e”, bem como conectores aproximados do inglês (“and”), do francês (“et”) e do espanhol (“y”). Nosso objetivo é revelar que, na literatura sobre o tema, independentemente da perspectiva teórica assumida, os resultados apontam sempre para a multifuncionalidade desses conectores. Em seguida, com base na proposta de Luscher (1994) para o “et”, mostraremos que as várias funções do conector “e” podem ser reunidas em um mesmo procedimento de análise.

Borba (2002, p. 530), ao definir a conjunção coordenativa aditiva “e”, observa que essa conjunção aproxima: 1. duas orações em que a segunda é cronologicamente subsequente à primeira; 2. duas orações em que a segunda é uma consequência da primeira; 3. duas orações em que a primeira é condição da segunda; 4. dois constituintes da frase, sendo que o segundo apenas se adiciona ao primeiro; 5. duas orações em que a segunda representa um comentário ou uma opinião sobre o conteúdo da primeira.

Estudando o conector “e” do português, Monnerat (2003, p. 185) explica que, diante de suas possibilidades discursivas, o conector pode ser considerado um “conector coringa”. Para ela, “a extensão e frequência do *e* em textos os mais diversos têm sido alvo de trabalhos que demonstram o papel especial desse conector na esfera dos morfemas de coordenação” (MONNERAT, 2003, p. 200), sobretudo se se leva em conta a polissemia desse articulador na relação de conjunção. A pesquisadora esclarece que as diferentes relações semânticas dadas ao “e” são regulares e previsíveis, “se considerarmos o conceito icônico de ordem das palavras e a constatação de que a conjunção pode ser a junção de atos de fala, ou de entidades lógicas, e não apenas de conteúdos referenciais” (MONNERAT, 2003, p. 200), acrescentando que o sentido abstrato desse conector faz com que ele, por ser pragmaticamente ambíguo, precise ser interpretado dentro do contexto de uso.

É nessa perspectiva que Monnerat (2003) afirma que o que vai determinar a natureza simétrica (cada membro da conjunção é independente) ou assimétrica (o conjunto é num certo sentido maior que a soma das partes) de cada conector é o conteúdo semântico dos enunciados, sendo, portanto, uma junção que leva em conta o conteúdo semântico, os contextos linguísticos e os contextos pragmáticos nos quais o conector está inserido⁸.

⁸ Camacho (2001, p. 221) também defende que a melhor interpretação que decorre da análise da conjunção aditiva é a da ambiguidade pragmática.

Considerando que o conector “e” é multifuncional, Penhavel (2006) propõe a descrição e a sistematização desse conector no discurso. Assim, ele o classifica com as seguintes funções: focalização, manutenção/assalto de turno, introdução de tópico discursivo, distinção de unidades discursivas, sequenciamento retroativo-propulsor, coordenação de orações sem equivalência funcional, coordenação assimétrica de orações, coordenação simétrica de orações, coordenação entre posições de termos, coordenação no interior de posições de termos. Para nossa pesquisa, é relevante a função de coordenação assimétrica de orações, na qual o conector “e”:

assume um valor neutro e abstrato o suficiente para conectar orações que mantêm entre si relações semânticas diversas, responsáveis pela assimetria da construção, como consequência temporal, causa, conclusão, explicação, adversidade, condição e finalidade (PENHAVEL, 2006, p. 649).

Assim, uma análise cuidadosa do conector pode demonstrar que ele assume valor semântico que se manifesta como adição, continuação e ênfase, mas explica o autor que, “considerando os diversos tipos de emprego do e, é perceptível uma diminuição gradativa na explicitação desse valor semântico aditivo e uma intensificação do caráter discursivo que esse significado pode ir assumindo” (PENHAVEL, 2006, p. 654). Há, também, o uso da distinção de unidades básicas que, segundo o autor, ocorre quando o conector “e” pode ser associado a outros conectores (então, portanto) e estabelecer relações funcionais entre as orações (posição, argumentação, conclusão).

Também para van Dijk (1977, p. 58), um dos problemas na semântica dos conectivos é a ambiguidade, já que um mesmo conectivo pode expressar diferentes tipos de conexão e um tipo de conexão pode ser expresso por vários conectivos. Um exemplo típico é o conector “and”. van Dijk (1977, p. 59) analisa os usos desse conector nestas sentenças:

- [1] John smoked a cigar and Peter smoked a pipe.
[João fumou um charuto e Pedro fumou um cachimbo]
- [2] John went to the library and checked his references.
[João foi à biblioteca e verificou suas referências]
- [3] John smoked a cigar and Mary left the room.
[João fumou um charuto e Maria saiu da sala]
- [4] I took a sleeping pill and fell asleep.
[Tomei um comprimido para dormir e adormeci]
- [5] Give me some more time, and I'll show you how it can be done.

[Dê-me mais tempo, e eu mostrarei a você como isso pode ser feito]

Conforme o autor, os usos de “and” nessas sentenças podem ser parafraseados por (*and*) *at the same time* (ao mesmo tempo) [1], (*and*) *there* (lá) [2], (*and*) *therefore* (em consequência disso) [3], (*and*) *then* or (*and*) *so* (então, assim) [4], *if ... then* (se... então) [5]. Logo, o “e” pode ser usado para expressar não apenas adição, mas também condição, causa, tempo e lugar. Nesse sentido, o conector pode ultrapassar o significado simples de adição que lhe é dado pela gramática normativa, e seu sentido sugere relações distintas.

Concordamos com Monnerat (2003, p. 200), quando explica que, por ser um conector com “significação mais neutra, de baixa especificidade, os enunciados por ele unidos são mais diretos, tendem a expressar maior simplicidade, com menos artifícios, sendo, por isso mesmo, o tipo de construção preferida de certos tipos de textos”. Como exemplo, a autora cita os textos publicitários, mas acreditamos que tal perspectiva vale também para os títulos das notícias jornalísticas, que procuram seguir as normas dos manuais quanto à simplicidade na estruturação das ideias.

Essa simplicidade ou leveza na escolha do conector pode influenciar na maneira como os leitores constroem suas crenças sobre esse tipo de violência do homem contra a mulher na sociedade. Uma vez que o uso desse conector nos títulos das notícias não aciona um sentido de soma de ações compatíveis, reforçando mais um sentido de consequência, causa ou mesmo justificativa para a agressão cometida pelo homem (como mostraremos neste artigo), apagar o agente da ação agressora contra a mulher, no caso, o homem, pode minimizar ou mesmo relativizar um dos acontecimentos sociais mais relevantes em termos de políticas públicas e de educação na relação ainda muito violenta e machista de homens contra mulheres.

Os trabalhos elencados até o momento evidenciam bem a multifuncionalidade do conector “e”. Porém, não permitem reunir em um mesmo quadro de análise as variadas instruções que caracterizam esse conector. Por isso, buscaremos contribuições em Luscher (1994), que, embora se apoie em arcabouço teórico específico – a pragmática cognitiva (Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995)) –, desenvolve um procedimento para o tratamento dos conectores que possibilita reunir, em termos de regras interpretativas e condições de emprego, as contribuições de pesquisas desenvolvidas em outros horizontes teóricos. Na breve exposição desse procedimento que faremos a seguir, vamos nos basear no estudo que o

autor propõe para o conector do francês “*et*” (LUSCHER, 1994, p. 204-216), tendo em vista sua forte similaridade com o conector em estudo neste trabalho.

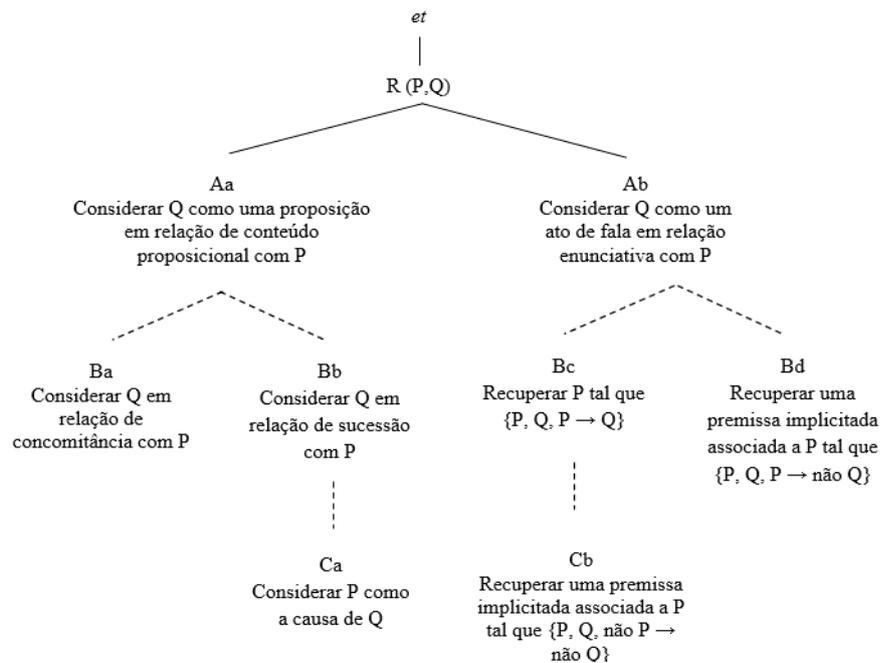
Enquanto marca procedural, cada conector organiza de uma forma específica um conjunto de instruções inferenciais sobre o modo de tratamento de representações mentais. Ancorado na Teoria da Relevância, Luscher (1994, p. 192, tradução nossa) elenca as instruções gerais abaixo, instruções que, quando se considera cada conector e seus vários empregos, tornam-se específicas:

- i) a formação de hipóteses antecipadoras;
- ii) a seleção de suposições contextuais, ou seja, a recuperação obrigatória, possível ou proibida de suposições contextuais constituídas, quando de uma interpretação recente;
- iii) o tipo de efeito contextual esperado, ou seja, a introdução de uma nova suposição ou a reavaliação – até a eliminação – de uma suposição contextual derivada de uma interpretação precedente;
- iv) a manutenção ou o abandono em memória das suposições produzidas pela interpretação do enunciado concernido, em função da recuperação obrigatória, possível ou proibida dessas suposições, quando de uma interpretação ulterior.

A exemplo do “*e*”, raramente um conector se caracteriza por uma única instrução inferencial (ou função), sendo o mais comum um conector combinar várias instruções (ou funções). Por isso, Luscher (1994) propõe um procedimento para o estudo dos conectores que é, ao mesmo tempo, descritivo, por reunir em um mesmo esquema as instruções características do conector, e analítico, por poder ser utilizado na análise de ocorrências desse conector. Esse procedimento se traduz em um percurso inferencial em que as instruções (operações) próprias do conector em análise são dispostas em uma ordem precisa e realizadas pelos interlocutores de forma cronológica.

Esse percurso se compõe de dois níveis de instruções. O primeiro reúne aquelas que intervêm em todas as ocorrências do conector. No caso do “*et*” estudado por Luscher (1994), em todas as suas ocorrências, ele liga ou dois sintagmas nominais no interior de uma proposição (trata-se do “*et*” operador semântico) ou duas proposições ou atos de fala (trata-se do “*et*” conector pragmático). O segundo nível de instruções reúne aquelas que são específicas a cada emprego do conector e que se acrescentam àquelas do primeiro nível. No que se refere ao “*et*”, ele pode, em dado contexto, assumir valores causais, temporais ou contra-argumentativos. Por meio da figura 1, Luscher (1994, p. 213) representa o percurso inferencial do conector “*et*”.

Figura 1: procedimento instrucional de “et”⁹.



Fonte: LUSCHER (1994, p. 213).

Na raiz da árvore, localiza-se o emprego mais básico do conector, aquele por meio do qual ele liga dois sintagmas nominais (P, Q) no interior da proposição (“et” operador semântico). Os demais empregos são de natureza pragmática e extrapolam o nível da proposição isolada. As duas primeiras instruções (Aa, Ab) são as de primeiro nível (A), já que toda ocorrência do conector relaciona ou duas proposições (a) ou dois atos de fala (b). O primeiro nível é representado pela linha contínua.

As demais instruções são de segundo nível e são representadas pelas linhas pontilhadas. Essas instruções somente serão realizadas pelo interlocutor (ouvinte ou leitor) se a aplicação das instruções do primeiro nível não for suficiente para o alcance de uma interpretação considerada por ele como satisfatória (relevante). Considerando o ramo da árvore que se inicia com a instrução Aa, verifica-se que, se a aplicação dessa instrução não for suficiente, o percurso inferencial não se interrompe e avança para o nível hierárquico B do esquema. Nesse nível, que focaliza as instruções ligadas aos empregos temporais do conector, a relação por ele sinalizada poderá ser de concomitância (a) – os dois eventos ocorrem ao mesmo tempo – ou

⁹ Para maior clareza, representamos nesse esquema por letras maiúsculas o nível hierárquico (nível vertical) e por letras minúsculas as instruções de cada nível (nível horizontal). Em Luscher (1994), os dois níveis são representados por letras minúsculas.

de sucessão (b) – um evento ocorre após o outro. Se for de concomitância, a interpretação se conclui. Mas, se for de sucessão, a interpretação pode avançar para o nível hierárquico C, em que à inferência de que os eventos se sucedem no tempo acrescenta-se a de que um evento ocorre por causa do outro (relação de causa e consequência), o que torna a interpretação ainda mais relevante ou rica em inferências (efeitos contextuais).

O mesmo raciocínio se aplica ao outro ramo da árvore. O emprego contra-argumentativo do conector “et” se situa no nível Bd da árvore e se caracteriza pela instrução [recuperar uma premissa implícita associada a P tal que $\{P, Q, P \rightarrow \text{não } Q\}$]. Porque essa instrução se situa nesse nível hierárquico, sua realização implica a realização prévia de outra instrução: [considerar Q como um ato de fala em relação enunciativa com P] (instrução Ab). Assim, no uso contra-argumentativo, o ato introduzido pelo conector se opõe a uma premissa implícita associada a P e não ao segmento em que P se materializa. Por isso, o esquema semântico-pragmático que representa esse uso caracteriza-se como $P \rightarrow \text{não } Q$. Auxilia na compreensão do emprego contra-argumentativo do “et” a clássica descrição proposta por Ducrot (DUCROT et al. 1980) para o “mais” (mas). De acordo com essa descrição, o conector introduz uma proposição Q que leva a uma conclusão (não-R), conclusão mais forte do que a conclusão (R) a que leva a proposição P que antecede o conector (CUNHA, 2020).

Como exposto, o interesse por uma tal abordagem está em permitir reunir em um mesmo procedimento de análise os vários empregos de um conector identificados por seus estudiosos e, ao mesmo tempo, organizá-los em termos do percurso inferencial necessário para a interpretação de cada um desses empregos.

Seleção do *corpus* e percurso de análise

Para a análise do uso do conector em manchetes, utilizamos um *corpus* de 115 notícias com uso desse conector, publicadas no jornal *A Tribuna (AT)* e no jornal *A Gazeta (AG)*, ambos do estado do Espírito Santo no ano de 2013 e registradas nas coletas diárias da versão impressa dos jornais pelo Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia da Universidade Federal do Espírito Santo (Gedim/Ufes). Duas considerações sobre o corpus precisam ser feitas:

Em primeiro lugar, a coleta de 2013 contabilizou 458 manchetes de notícias jornalísticas publicadas nos jornais *A Gazeta (AG)* e *A Tribuna (AT)* que foram contempladas no trabalho de Natalle (2015). Desse total, 115 notícias utilizavam o conector “e” em suas manchetes.

Vale ressaltar que o espaço temporal (2013-2021) em nada prejudicou nossa análise, já que estudos mais recentes desenvolvidos no âmbito do Gedim (DEMONER, 2017; TOMAZI, 2019; 2020; TOMAZI, ROCHA e ORTEGA, 2016) demonstram que essas construções ainda permanecem presentes no cotidiano das notícias sobre violências de homens contra mulheres¹⁰.

Quanto ao percurso de análise seguido, nosso estudo se realizou em duas etapas. Inicialmente, verificamos as ocorrências de empregos do conector “e”, considerando os empregos reunidos no percurso inferencial apresentado na figura 1. Não houve manchetes em que a conectivo atuasse como operador semântico, articulando sintagmas no interior de uma única proposição. Em todas as 115 ocorrências, ele atua como conector pragmático. Por isso, a verificação se realizou por meio de paráfrases em que o conector “e” foi substituído por um conector de valor semântico mais específico. Na tabela 1, apresentamos as instruções na primeira coluna, a descrição das instruções na segunda (reproduzindo informações da figura 1) e o conector prototípico de cada instrução na terceira¹¹, quando a instrução possui um conector típico.

Tabela 1: Instruções do conector “e”

Instrução	Descrição da instrução	Conector prototípico (que substitui o “e”)
Aa	Considerar Q como uma proposição em relação de conteúdo proposicional com P	Simples adição das informações veiculadas nas proposições. Conector prototípico <i>E</i> .
Ab	Considerar Q como um ato de fala em relação enunciativa com P	Simples adição de atos de fala. Conector prototípico <i>E</i> .
Ba	Considerar Q em relação de concomitância com P	<i>Enquanto</i> .
Bb	Considerar Q em relação de sucessão com P	<i>Em seguida/depois</i> .

¹⁰ A título de exemplo, citamos algumas manchetes mais recentes que fazem parte da coleta de *corpus* do Gedim sobre o tema: Matou a mulher e dormiu ao lado dela (18/06/2017); Manicure descobre traição e leva pedradas (AT, 08/10/2017); Babá marca encontro e acaba executada (AT, 21/01/2018); Estudante é assassinada e família acusa ex-namorado (1/04/2018); Espancou a mulher e pulou do prédio (AT, 1/09/2018); Ex-marido não aceita separação e põe fogo na casa (AT, 05/03/2019); Comerciante se atrasa para ir à igreja e bate em mulher (04/01/2019); Ex espanca mulher e destrói a casa dela (AT, 20/10/2020); Marido espanca mulher e vai trabalhar (AT, 28/06/2020); Manicure é espancada e tem celular quebrado pelo ex (AT, 20/01/2021); Assassino de ex mulher confessa crime e é liberado (AT, 17/03/2021).

¹¹ Nossa avaliação acerca da prototipicidade dos conectores indicados na terceira coluna se baseou na consulta das seguintes gramáticas do português: Bagno (2011), Castilho (2010), Neves (2002, 2018).

Bc	Recuperar P tal que $\{P, Q, P \rightarrow Q\}$	Sem conector característico. Geralmente em início de réplica, o “e” possui valor de reforço ¹² .
Bd	Recuperar uma premissa implícita associada a P tal que $\{P, Q, P \rightarrow \text{não } Q\}$	<i>Mas/porém.</i>
Ca	Considerar P como a causa de Q	<i>Portanto/por isso.</i>
Cb	Recuperar uma premissa implícita associada a P tal que $\{P, Q, \text{não } P \rightarrow \text{não } Q\}$	Sem conector característico. Geralmente em início de réplica, o “e” evidencia que o turno anterior é absurdo ¹³ .

Realizada a primeira etapa de identificação dos empregos do conector “e” no *corpus*, analisamos de forma mais detalhada, na segunda etapa, as relações sinalizadas pelo “e”. O objetivo dessa segunda etapa foi, ao analisar os conteúdos proposicionais articulados, entender quem são os responsáveis pelas ações expressas nas proposições, bem como os efeitos de sentido particulares que podem surgir no interior dos (sub)conjuntos de ocorrências do conector. Os resultados das duas etapas da análise serão expostos no item a seguir.

Dados analisados com uso do conector “e” nas manchetes jornalísticas sobre violência de homens contra mulheres

Como informado, a primeira etapa da análise consistiu na verificação dos empregos do “e” no *corpus*. No *corpus*, as ocorrências do conector predominantemente articulam proposições ou sinalizam uma relação de conteúdo proposicional entre P e Q (ramo da figura 1 que se inicia com a instrução Aa). Mas houve ocorrências do conector em que este articula um ato de fala Q em relação enunciativa com P (ramo da figura 1 que se inicia com a instrução Ab). Essas são as ocorrências de “e” que sinalizam relações de contra-argumento. Assim, a interpretação das ocorrências do conector “e” no *corpus* requer a realização de quatro das operações expressas na figura 1:

1. Considerar Q em relação de concomitância com P (instrução Ba);
2. Considerar Q em relação de sucessão com P (instrução Bb)

¹² Exemplo dado por Luscher (1994, p. 215): “Monsieur Alphonse, *et* la musique que vous deviez m’avoir copié pour demain?” [Senhor Alphonse, *e* a música que você devia ter copiado para mim para amanhã?]

¹³ Exemplo dado por Luscher (1994, p. 215): “A: Cette nuit j’ai inventé la théorie de la relativité. B: Et moi je suis le pape!” [A: Essa noite eu inventei a teoria da relatividade. B: *E* eu sou o papa!]

3. Considerar P como a causa de Q (instrução Ca), instrução cuja realização implica a realização da anterior (Bb).

4. recuperar uma premissa implícita associada a P tal que $\{P, Q, P \rightarrow \text{não } Q\}$ (instrução Bd).

Essas operações correspondem, respectivamente, a quatro usos do conector “e”: 1) marcador de concomitância temporal; 2) marcador de sucessão temporal; 3) marcador de conclusão; 4) marcador de oposição. Os outros empregos de “e” presentes na figura 1 não estão representados em nosso *corpus*, por duas razões. No que se refere às instruções Aa e Ab, nas manchetes, o “e” nunca atua na simples adição de proposições ou atos de fala (Aa e Ab, respectivamente), ou seja, o alcance de uma interpretação relevante de uma manchete formada por duas sentenças articuladas por “e” demanda mais do que a simples operação de articular proposições ou atos de fala. Quanto às instruções Bc e Cb, elas são típicas de textos dialogais ou produzidos por dois locutores (cf. tabela 1). O resultado dessa primeira etapa da análise encontra-se na tabela 2.

Tabela 2: Valores do conector “e” nas manchetes.

Relação	N/%
Conclusão	75
Sucessão	36
Oposição	3
Concomitância	1
Total	115

Os resultados revelam que, nas manchetes em que duas proposições são articuladas pelo conector “e”, a operação que se privilegia é a de considerar o evento expresso na sentença que antecede o conector como sendo não só cronologicamente anterior ao evento expresso na segunda, mas ainda como sua causa, como exemplifica (1). Assim, em 75 ocorrências, o “e” é comutável por “por isso/portanto” (2).

- 1) Mulher chega tarde em casa e leva surra¹⁴
- 2) Mulher chega tarde em casa, *por isso/portanto* leva surra

¹⁴ PEREIRA, Patrick. Mulher chega tarde em casa e leva surra. *Jornal A Tribuna*. Caderno Polícia. Vitória-ES, 31 de março de 2013, p. 25.

Nas demais ocorrências, o conector é comutável por *em seguida* (sucessão) (3), *mas* (oposição) (4) e *enquanto (isso)* (concomitância) (5).

- 3) Marido corta luz e [em seguida] tenta enforçar mulher¹⁵
- 4) Deu facada e [mas] fez juras de amor¹⁶
- 5) Casal briga em bar e [enquanto] rola no chão¹⁷

Como expusemos no item anterior, o alcance do resultado da primeira etapa da análise, expresso na tabela 2, demandou a análise pormenorizada dos conteúdos proposicionais articulados pelo “e”. Nessa segunda etapa, nosso objetivo foi entender quem são os responsáveis pelas ações expressas nas proposições articuladas, para depreender os efeitos de sentido particulares que podem surgir no interior dos (sub)conjuntos de ocorrências do conector: sucessão, concomitância, causa, oposição. Na sequência deste item, apresentamos os resultados dessa segunda etapa da análise.

No conjunto das 75 manchetes em que o conector “e” articula as proposições por uma relação causal, sinalizando que a proposição P causa a proposição Q, em 35 ocorrências a primeira ação é realizada pela mulher, ao passo que a segunda é realizada pelo homem e sofrida pela mulher. Nessas ocorrências, ilustradas pelas manchetes (1,2,3), a ação da mulher justifica uma ação consequente do homem.

- 1) Vigilante manda foto nua para homem e apanha de namorado¹⁸
- 2) Vendedora atende celular e é espancada¹⁹
- 3) Mulher flagra mensagem de “outra” e é espancada²⁰

Em (3), o fato de a mulher ser espancada por um agressor, que é apagado do título, aparece como uma consequência para que se pense que a agressão é justificada em questões que tratam da privacidade do outro. Nesse caso, o verbo *flagrar* não deixa dúvidas de que não

¹⁵ PEREIRA, Patrick. Marido corta luz e tenta enforçar mulher. Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória ES, 16 de abril de 2013, p. 19.

¹⁶ MARTINS, Mary. Deu facada e fez juras de amor. Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES, 08 de junho de 2013, p. 26.

¹⁷ GIUBERT, Simony. Casal briga em bar e rola no chão. Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES, 09 de julho de 2013, p. 19.

¹⁸ NETO, Almir. Vigilante manda foto nua para homem e apanha do namorado. Jornal A Gazeta. Cadernos Cidades, 2013, p. 14.

¹⁹ GIUBERT, Simony. Vendedora atende celular e é espancada. Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES, 04 de maio de 2013, p. 24.

²⁰ MARTINS, Mary. Mulher flagra mensagem de “outra” e é espancada. Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES, 28 de março de 2013, p. 17.

houve invasão de privacidade, mas da ação praticada pela mulher de ver a mensagem no momento em que o marido foi surpreendido olhando a mensagem.

Nesse grupo de ocorrências, a mulher costuma ser representada como tendo (maior) responsabilidade pelos atos, como nos exemplos anteriores. Mas há também manchetes em que o motivo da ação violenta do homem é ou uma incapacidade (4), ou uma imperícia (5) da mulher.

4) Mulher não consegue ligar botão do pânico e leva surra²¹

5) Balconista conhece chileno pela internet e é assassinada²²

Ainda no conjunto das manchetes em que o conector “e” articula as proposições por uma relação causal, há 40 ocorrências em que a ação cometida pelo homem em P tem como efeito (Q) uma ação cujo paciente é o próprio marido (6), a mulher (7) ou um terceiro (8).

6) Ex-marido bate em dona de casa e é esfaqueado²³.

7) Professora é espancada e tem dedo quebrado²⁴.

8) Marido briga por mulher e mata cadela por vingança²⁵.

Nesse subconjunto de 40 ocorrências, chama a atenção do fato de que 33 têm o marido como paciente da ação expressa na segunda proposição, como ilustra o exemplo (1) Vigilante manda foto nua para homem e apanha de namorado. Nessas ocorrências, o agente da ação consecutiva (a mulher) é apagado e às vezes não recuperável. Com isso, destaca-se o que o homem sofreu, sendo a ação-efeito independente de sua escolha e, contrariando a maior parte das manchetes do nosso *corpus*, contribui para diminuir o grau de responsabilidade da mulher pela ação.

No conjunto das 36 manchetes em que o conector “e” articula as proposições por uma relação de sucessão, em 24, o conector sinaliza a sucessão de ações violentas, entre as quais não é possível inferir uma relação de causa e consequência. Nessas ocorrências, o homem é o

²¹ MARTINS, Mary; MUNIZ, Vitor. Mulher não consegue ligar botão do pânico e leva surra. *Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia*. 20 de agosto de 2013.

²² PAIVA, Katherine. Balconista conhece chileno pela internet e é assassinada. *Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia*, 29 de novembro de 2013, p. 23.

²³ PEREIRA, Patrick. Ex-marido bate em dona de casa e é esfaqueado. *Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES*, 27 de novembro de 2013, p. 23.

²⁴ CARVALHO, Elis. Professora é espancada e tem dedo quebrado. *Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES*, 18 de agosto de 2013, p. 28.

²⁵ PEREIRA, Patrick. Marido briga com a mulher e mata cadela por vingança. *Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES*, 29 de outubro de 2013, p. 20.

sujeito e o agente da ação expressa na primeira proposição em 17 manchetes (9), ao passo que a mulher é o sujeito e o paciente (voz passiva) em 6 ocorrências (10). Nessas seis ocorrências, o agressor nunca é mencionado. Há ainda uma ocorrência em que as ações são representadas pela mulher (11) por meio de um verbo de elocução (*acusar*).

9) Marido corta luz e tenta enforcar mulher²⁶.

10) Esteticista é arrastada e espancada na Serra²⁷.

11) Mulher acusa ex de invadir a casa e levar os filhos²⁸.

Ainda no conjunto das 36 manchetes em que o conector “e” articula as proposições por uma relação de sucessão, há três em que a proposição Q aborda não uma ação violenta, mas um evento ligado à investigação, como ilustra a manchete 12:

12) Secretária leva sete facadas e ex-namorado é suspeito²⁹

A inferência de que entre as proposições ligadas pelo “e” há uma relação de sucessão (e não causal) vem do fato de que, nessas ocorrências, a investigação sucede temporalmente o crime e de que a causa do evento expresso em Q não é diretamente a ação expressa em P, mas uma informação implícita. É o que revela 13, que, parafraseando 12, explicita a causa de o ex-namorado ser o suspeito.

13) Secretária leva sete facadas e ex-namorado é suspeito, porque a faca foi encontrada em sua residência.

Nas outras duas manchetes desse (sub)grupo em a proposição Q aborda um evento ligado à investigação, chamam a atenção os efeitos provocados pelo uso do verbo morrer.

14) Estudante de 17 anos é morta e ex é o acusado³⁰

15) Jovem de 20 anos é morta e ex-namorado é suspeito³¹

²⁶ _____. Marido corta luz e tenta enforcar mulher. Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES, 16 de abril de 2013, p. 19.

²⁷ JUNIOR, Wilton. Esteticista é arrastada e espancada na Serra. Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES, 04 de outubro de 2013, p. 23.

²⁸ RIBEIRO, Gustavo. Mulher acusa ex de invadir a casa e levar os filhos. Jornal A Gazeta. Cadernos Cidades/Segurança. 12 de julho de 2013, p. 18.

²⁹ CARRARETTO, Glacieri. Secretária leva sete facadas em casa, e ex-namorado é suspeito. Jornal A Gazeta. Caderno Cidades/Segurança. Vitória-ES, 13 de março de 2013, p. 16.

³⁰ ZANOLI, Tiago. Estudante de 17 anos é morta, e ex é o acusado. Jornal A Gazeta. Cadernos Cidades/Segurança. 22 de abril de 2013, p. 10.

³¹ BANDEIRA, Mayra. Jovem de 20 anos é morta e ex-namorado é suspeito. Jornal A Gazeta. Cadernos Cidades/Segurança. 30 de maio de 2013, p.10.

Nessas manchetes, a informação é dada com ênfase no paciente que é colocado em foco e, mesmo apresentando o agente agressor, o título parece amenizar a responsabilidade que ele tem sobre a ação apresentada em primeiro plano, já que morrer implica uma entidade de quem parte o processo e que faz parte do processo. Nesse caso, a estudante e a jovem já tiveram suas mortes comprovadas, mas o título, talvez para que o jornal não se comprometa com a informação, utiliza a representação dos agressores como ex-namorados e utiliza dois adjetivos (acusado e suspeito) que deixam o fato como duvidoso.

Também no conjunto das 36 manchetes em que o conector “e” articula as proposições por uma relação de sucessão, há 8 ocorrências em que a leitura causal é bloqueada pelo fato de que a causa não é expressa pelo predicado da proposição P, mas por um de seus argumentos. É o que ilustra 16.

16) Marido reclama da demora do jantar e bate na mulher³²

Na manchete, a cena de violência é representada de tal forma que o que leva o marido a bater na mulher é a demora do jantar e não é o fato de ele reclamar dessa demora. Então, se considerarmos os predicados *reclamar* e *bater*, a relação é de sucessão. Mas reconhecemos que uma leitura causal para esse subconjunto de manchetes é plausível.

No grupo das 3 ocorrências em que o conector “e” articula as proposições por uma relação de oposição, a proposição introduzida pelo conector se opõe à conclusão que se poderia tirar da primeira. Nesses casos, que ilustramos por meio do exemplo 17, o conector exhibe um comportamento muito semelhante ao do *mas*, tal como descrito por Ducrot (DUCROT, et al, 1980).

17) Deu facada e fez juras de amor

Nesse exemplo, a conclusão que se pode derivar de P (Deu facada) é algo oposto a Q (e [portanto] não fez juras de amor). Nas 3 ocorrências, a segunda ação provoca, assim, um efeito de surpresa.

Na única ocorrência do conector “e” em que ele sinaliza uma relação de concomitância (18), as ações se sobrepõem, e a ação expressa em Q parece ter como fim especificar melhor a ação expressa em P.

³² PEREIRA, Patrick. Marido reclama da demora do jantar e bate na mulher. Jornal A Tribuna. Cadernos Polícia. Vitória-ES, 24 de abril de 2013, p. 20.

18) Casal briga em bar e rola no chão

Como demonstram as análises, as manchetes em que se utiliza o conector “e” parecem evidenciar um estilo que atenua ou até mesmo descarta as ações negativas do agressor. Segundo van Dijk (2012, p. 231), essas escolhas sintáticas não são relacionadas ao gênero objetivo dos homens enquanto tal, “e sim [à] sua autorrepresentação em que o gênero está presente, e, portanto, o fato de que eles não conseguem se identificar com os autores de práticas sexistas”.

Considerações finais

O crime de violência doméstica é rotineiro, permanente e recorrente e por isso é tratado pela mídia como acontecimento rotineiro, recebendo um tratamento rotinizado que faz com que o crime seja, por si só, um potencial fonte de notícias (HALL et. al, 2016). Esse processo de rotinização das notícias sobre violência contra mulheres acaba se refletindo na produção das manchetes sobre esses casos. Além de um viés voltado para o contexto policial, as notícias produzem manchetes que apresentam o problema da violência como casos individuais e não como um problema social, além de representarem as violências como explicações ou justificativas, deixando evidente uma revitimização e um reforço de estereótipos de gêneros e de comportamento. Como vimos, nossos resultados revelam que, nas manchetes em que duas proposições são articuladas pelo conector “e”, a operação que se privilegia é a de considerar o evento expresso na sentença que antecede o conector como sendo ao mesmo tempo cronologicamente anterior ao evento expresso na segunda e sua causa. Nesses casos, o que se observou foi que, em geral, a primeira ação é realizada pela mulher, ao passo que a segunda é realizada pelo homem e sofrida pela mulher. Nessas ocorrências, a ação da mulher justifica uma ação consequente do homem. Da mesma forma, a mulher costuma ser representada como tendo maior responsabilidade pelos atos. Mas há também manchetes em que o motivo da ação violenta do homem é ou uma incapacidade, ou uma imperícia da mulher.

Investindo em uma visão estereotipada sobre o que a sociedade espera da mulher, essas notícias promovem uma inversão da culpa pela agressão e uma transferência da responsabilidade para a mulher que ou é considerada culpada por transgredir comportamentos sociais ou parece, ela mesma, justificar ou explicar o ato violento de seu agressor por questões como álcool ou droga.

Quando a pauta jornalística é violência contra mulheres, importa refletir sobre como a violência sofrida por elas é representada na manchete jornalística, já que as representações “são definidas como categorias de pensamento que expressam e explicam a realidade, justificando-a ou questionando-a” (MONTORO, 2002, p. 302). No caso das manchetes em análise, acreditamos que há uma tentativa maior de justificativa para a realidade da violência sofrida pelas mulheres do que, propriamente, de um questionamento que possa organizar a visão de mundo das pessoas contra esse tipo de violência e de formação de conhecimento cultural e social para uma mudança de pensamento e atitude. Trata-se de pensar na importância dessas representações sociais como conjunto de valores que organiza a visão de mundo e as crenças das pessoas, conforme defende van Dijk (1999), ao propor um conceito de ideologia como sistema de crenças, ou seja, uma forma de conhecimento social que tem por base as representações sociais, elas mesmas definidas como um conjunto de crenças que organiza a visão de mundo das pessoas e, conseqüentemente, dos grupos que compartilham das mesmas ideias e valores em um determinado contexto histórico e social. Assim como o racismo é construído, a violência contra a mulher também é uma construção social e cultural.

Desse modo, este trabalho, focalizando o modo de composição de manchetes e os usos de um conector específico, o “e”, nessa construção, evidencia a importância de se debater a maneira como os jornais divulgam os acontecimentos relacionados à violência doméstica. Nesse sentido, um jornal, em razão do modo como elabora a notícia, pode contribuir para o agravamento da problemática da violência, ao reproduzir preconceitos de gênero, raça e classe social em notícias que descrevem os crimes contra mulheres como resultados de problemas individuais, relativos à relação conjugal, ignorando todos os avanços construídos ao longo das últimas décadas acerca da representação dessa violência (DEMONER & TOMAZI, 2017; TOMAZI, 2019, 2020; TOMAZI & NATALE, 2015, TOMAZI et. al, 2016, entre outros).

Referências

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em 20 de junho de 2021.

BORBA, F. S. *Dicionário de usos do Português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

CAMACHO, R. G. Valores semânticos e discursivos da conjunção aditiva. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n.9, 2001, p. 219-228.

CASTILHO, A. T. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, G. X. Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. *Linguística*, Montevideu, v. 26, n. 2, 2020, p. 107-129.

DEMONER, T.; TOMAZI, M. Violência contra mulher no cenário jornalístico. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero. 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2017. Disponível em http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499474967_ARQUIVO_VIOLENCIACONTRAMULHERNOCEENARIOJORNALISTICOANALISEDISCURSIVADENOTICIAS.pdf Acesso em 18/10/2021.

DUCROT, O. et al. *Les mots du discours*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.

HALL, S. et. al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 309-341.

LUSCHER, J. M. Les marques de connexion: des guides pour l'interprétation. In: MOESCHLER, J. et al (Orgs.). *Langage et pertinence: référence temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1994, p. 175-228.

MONNERAT, R. S. M. Possibilidades discursivas do E – um conector coringa. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, julho/dez., 2003, p. 185-203.

MONTORO, T. Sangue na tela: a representação da violência nos noticiários de televisão no Brasil. In.: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 301-326.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Araraquara, Editora Unesp, 2002.

NEVES, M. H. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. (Orgs.). *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PENHAVEL, E. A multifuncionalidade do conectivo e. Rio de Janeiro: *Anais Estudos Linguísticos XXXV*, 2006, p. 647-656.

PORTOLÉS, J. *Marcadores del discurso*. Barcelona: Ariel, 2011.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANEMATSU, M. Análise da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. In.: Instituto Patrícia Galvão. *Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília, ANDI; Editora Paulinas, 2011, p. 55-103.

SPERBER, D. ; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995.

TOMAZI, M. M.; NATALE, R. [Des]caminhos da violência de gênero no Brasil: discurso, mídia e representação social. In: SILVA, D. H. G.; PARDO, M. L. (Org.). *Pasado, presente y futuro de los Estudios en América Latina*. Buenos Aires: Aled, 2015. p. 136-155.

TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; ORTEGA, J. C.; Violência machista em manchetes jornalísticas. In.: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (Orgs.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota Editora, 2016, p. 43-64.

TOMAZI, M. M. Desconstrução de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio. *Revista Interdisciplinar*. São Cristovão, v. 31, 2019, p. 197-219.

TOMAZI, M. A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *Discurso & Sociedad*, v. 14, p. 823-844, 2020.

VAN DIJK, T. A. *Text and context explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. New York: Longman, 1977.

VAN DIJK, T. A. *Ideologia: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.